

Secretarias Nacionais

Código	Ação Prioritária	Área	Situação	Objetivos estratégicos atendidos	Resultados esperados	Resultados 2025	
						1º Semestre	2º Semestre
Ac01	Novo Portal da Saúde	SSIS	Executado parcialmente (ou em andamento)	- Promover a integração nacional, consolidando a atuação coordenada - Garantir processos eficientes com regras negociais disseminadas - Incentivar ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável	Aumento da abrangência de atuação da SSI-Saúde - Número de unidades do MPF atingidas por ações de promoção de saúde - O Portal (https://saude.mpu.mp.br/) é a ferramenta utilizada para que todas as unidades do MPF possam produzir, divulgar e receber conteúdos de promoção de saúde. O novo Portal será uma ferramenta de trabalho para os profissionais de saúde de todas as unidade, assim como uma ferramenta de educação e orientação e saúde.	O portal está operacional, sendo utilizado para a publicação constante das informações da área de saúde e integrado aos serviços oferecidos pela SSIS. A configuração final está aguardando a integração do Portal de Saúde com o novo modelo proposto pela SECOM que uniformizará todos os portais em uma mesma tecnologia.	Principais eventos e atividades - Construção de um protótipo - construção do conceito, do design, da identidade visual e das páginas principais do Novo Portal da Saúde; organização dos conteúdos necessários para cada página; levantamento de atributos e necessidades para migração do portal da saúde atual para o novo; apresentação e validação do protótipo. - Mapeamento de conteúdos e funcionalidades para os "consultórios virtuais"- catalogação e levantamento de necessidades dos profissionais de saúde do MPF para que o Novo Portal da Saúde cumpra com o objetivo de se tornar uma ferramenta de trabalho útil para os profissionais de saúde da instituição. Problemas encontrados e ou restrições à implementação A implementação do Novo Portal da Saúde depende da contratação de uma empresa responsável pela configuração de uma nova plataforma de gestão de conteúdos (CMS). A contratação prevista para meados de 2025 somente ocorreu em dezembro daquele ano. O atraso na contratação provocou também atraso na implementação do Novo Portal. Por este motivo, a implementação está prevista para o fim do ano de 2026. Link da apresentação do protótipo do Novo Portal da Saúde - https://docs.google.com/spreadsheets/d/1toNnqvcu1DOukxFEf_FWQLX5q2Elm_rh/edit?usp=sharing&ouid=113836039976533287892&rtopf=true&sd=true Link do protótipo do novo Portal da Saúde - https://xd.adobe.com/view/cbdba901-5eba-4536-9d46-71b8d3fa440c-9e88/
Ac02	Implantar o módulo "Contratação" do Sistema de Gestão Administrativa (SGA) nas Unidades do MPF	SA	Executado totalmente	- Promover a integração nacional, consolidando a atuação coordenada - Garantir processos eficientes com regras negociais disseminadas	Aprimorar a integração entre as Unidades do MPF, com a utilização de uma ferramenta nacional, que fornece informações precisas e atualizadas da instrução processual, propiciando a melhoria no planejamento, execução e acompanhamento das contratações, compatibilizando as demandas de aquisições com a disponibilidade orçamentária	Foram realizadas modificações no sistema SGA para permitir a utilização do módulo contratação em todas as Unidades do MPF. Essas modificações estão relacionadas a tabelas, relatórios, telas e permissão de acesso e uso de funcioanlidades. Ficou definido que algumas Unidades (os 4 CAOPs) seriam responsáveis pelos testes iniciais no sistema e portanto, o sistema está em fase de testes por estas 4 Unidades do MPF (PRBA, PRMG, PRPE e PRSC). Diante disso e considerando que em 12/8/2025 ocorrerá o evento de Gestão Administrativa do MPF, a disponibilização do ambiente de testes e produção para as demais Unidades do MPF ocorrerá após o dia 15/8/2025. Sendo assim, o prazo para a conclusão desta ação ficará para o final do mês de agosto/2025.	No âmbito do Projeto de Modernização da SG - Etapa II, o módulo Contratação do SGA foi implantado em todo MPF na data de 30/09/2025.
Ac03	Orientar as Unidades preencherem o SGA	SEA	Executado totalmente	- Promover a integração nacional, consolidando a atuação coordenada - Garantir processos eficientes com regras negociais disseminadas	Manter a base de dados sobre obras e edificações atualizada	Para manter a base de dados (do SGA) sobre obras e edificações atualizada, realizamos as seguintes tarefas no 1º semestre de 2025: 1. Identificação das informações do SGA deficientes publicadas no portal da transparência do MPF relacionadas às obras e serviços de engenharia 2. Estabelecimento de plano de ação para correção das informações e manutenção do portal da transparência atualizado.	Trata-se de demanda atendida em 27/08, mediante envio de Ofício Circular para as Unidades que possuíam demandas de serviços de engenharia cadastradas no SGA. Como resultado do Ofício (PGR-00318334/2025), identificou-se que saneou as Unidades sanearam mais de 50% dos registros cadastrados de forma inicialmente equivocada.
Ac04	Implementação do Programa de Gestão de Desempenho por Competências no MPF, após publicação de Portaria	SGP	Executado parcialmente (ou em andamento)	- Consolidar a gestão por competências - Incentivar ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável	Unificação das avaliações de desempenho funcional, estágio probatório e avaliação por competências; Otimização de recursos administrativos; Disponibilização de sistema informatizado único para gestão da avaliação de desempenho.	PGEA: 1.00.000.004855/2022-78 - Informação n. 6751/2025 DIAF/SGP - PGR-00232936/2025, que encaminha as minutas de Portaria e de Instrução Normativa conclusa para assinatura da SGP e aguardando revisão da Secretaria-Geral.	Após a publicação da Portaria PGR/MPU nº 131/2025, que instituiu o Programa de Gestão de Desempenho por Competências (PGDC), foram iniciadas as ações necessárias para sua implementação no âmbito do MPF, especialmente no que se refere ao desenvolvimento da solução informatizada que permitirá a unificação da Avaliação de Desempenho Funcional, da Avaliação por Competências e das Avaliações de Estágio Probatório, todas com repercussões funcionais e legais, seja em termos de desenvolvimento na carreira, seja em termos de aquisição da estabilidade no serviço público. No final de 2025, foi formalizado o Documento de Oficialização de Demanda (DOD) PGR-00131708/2025 no âmbito da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), voltado à construção de um sistema único para gestão de desempenho por competências. Como desdobramento do DOD, foi autuado o PGEA nº 1.00.000.000190/2026-57, com a iniciativa IC0000.0380-STIC, prevista para início em fevereiro de 2026 e sob responsabilidade das coordenadorias CDS1 e CDS2 da STIC. A iniciativa se encontra atualmente em fase pré-executiva, com definição dos requisitos técnicos do novo modelo. A solução planejada envolve integração entre os sistemas Avaliação por Competências (COMPET)/Hórus, Avaliação de Desempenho Funcional dos Servidores (Hórus) e GPS, além de ajustes de periodicidade e consolidação das três avaliações em um único processo anual. De acordo com informações da STIC, o COMPET passará a concentrar as informações de avaliação de desempenho, o Hórus manterá o Plano de Desempenho Individual (PDI), e os procedimentos de progressão e promoção (Hórus/GPS) utilizarão as informações extraídas do COMPET. O novo sistema deverá contar, ainda, com funcionalidades de acompanhamento da evolução funcional, identificação de lacunas de competências e alertas ao usuário quanto à adequação aos requisitos de progressão, promoção e estágio probatório. Quanto aos aspectos operacionais, foram identificadas apenas restrições de decorrentes da necessidade de integração dos sistemas mencionados. Esses aspectos vêm sendo considerados no planejamento, com alinhamento entre a SPOC, SGP e STIC. No que se refere ao exercício de 2026, a Portaria admite regime transitório até a adequação completa dos sistemas, prevendo a consolidação do modelo unificado no ciclo avaliativo subsequente. A estimativa apresentada pela STIC (CDS1 e CDS2) indica execução técnica ao longo de 165 dias úteis, com conclusão no início do segundo semestre de 2026. Contudo, o ciclo completo com avaliações unificadas e progressão mensal deverá ser operacionalizado em 2027. Como evidências do estágio atual de implementação, destacam-se a publicação da Portaria PGR/MPU nº 131/2025, o PGEA nº 1.00.000.004855/2022-78, a formalização do DOD (PGR-00131708/2025), o registro da iniciativa IC0000.0380-STIC e o correspondente PGEA nº 1.00.000.000190/2026-57, além das tratativas preliminares em curso entre STIC, SPOC e SGP.
Ac05	Realização do 11º Concurso Público para Servidores do MPU	SGP	Executado parcialmente (ou em andamento)	- Consolidar a gestão por competências - Incentivar ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável	Homologação do Resultado final do concurso público para todos os cargos, possibilitando a realização das primeiras nomeações no ano de 2025	O 11º Concurso Público de Servidores do MPU está em andamento. As provas já foram aplicadas para todos os cargos e, no momento, estão sendo realizados os procedimentos para os Testes de Aptidão Física para o cargo de Técnico do MPU/Polícia Institucional. A previsão é de que o concurso seja homologado no segundo semestre de 2025.	Atualização em 16/1/2026 - O 11º concurso público do MPU foi homologado em 5/12/2025, exceto para o cargo de Técnico do MPU/Polícia Institucional, que teve a sua homologação publicada em 22/12/2025. As primeiras nomeações foram publicadas ainda em 2025, em 26/12/2025 e 30/12/2025. Foram nomeados 76 candidatos ao todo.
Ac06	Realização do DFT nas unidades administrativas do MPF	SGP	Executado totalmente	- Consolidar a gestão por competências - Incentivar ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável	Mapeamento de cerca de 1100 setores nas Unidades Administrativas da PGR e unidades do MPF nos Estados	Estamos em fase de finalização do dimensionamento das unidades administrativas das PRs e PRRs. Acreditamos que até o fim de julho e início de agosto, tenhamos um resultado.	Demanda foi concluída - Como evidência segue pgea do Relatório de resultado do Dimensionamento da Força de Trabalho realizado na Secretaria de Gestão de Pessoas. Unidades Administrativas do MPF - PGR-00365509/2025 Relatório final (SGP).
Ac07	Realização do DFT nas unidades administrativas das PRMs	SGP	Executado parcialmente (ou em andamento)	- Consolidar a gestão por competências - Incentivar ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável	Mapeamento da área administrativa de todas as PRMs	Previsão de início no segundo semestre de 2025, após a finalização das PRs e PRRs.	Proposta a ser encaminhada para análise SGP. Tão logo, os próximos andamentos serão dados. Acredita-se que, até o final de fevereiro ou começo de março, essa ação estará concluída. Link planilha de monitoramento consolidada com todas as ações : https://docs.google.com/spreadsheets/d/14QRxs2DJGOR2YZRnNVXijg2EdqPmwmcpNLUCYVhL_NA/edit?gid=0#gid=0 Previsão de conclusão dos dimensionamentos da unidades meio nesse semestre. Perspectiva de iniciar as atividades nas outras áreas no segundo semestre de2026.

Secretarias Nacionais

Código	Ação Prioritária	Área	Situação	Objetivos estratégicos atendidos	Resultados esperados	Resultados 2025	
Ac08	Realização do DFT nos gabinetes de primeira e segunda instância e unidades finalísticas do MPF	SGP	Há intenção formalizada (aguardando início)	- Consolidar a gestão por competências - Incentivar ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável	Identificação de estrutura mínima para Gabinetes de primeira e segunda instância	1º Semestre	
	ApoIA MPF - Assistente de Produção Otimizado por IA			- Apresentar resultados transparentes para a sociedade em linguagem acessível - Contribuir para a pacificação de conflitos e priorizar a atuação resolutiva - Viabilizar a transformação digital	Disseminação no uso da solução de IA Generativa "ApoIA MPF".	2º Semestre	
Ac09		STIC	Executado totalmente			Os crimes de Contrabando e Descaminho representam aproximadamente 31% dos procedimentos extrajudiciais. No primeiro semestre de 2025, o sistema foi implantado nas unidades PR/SP, PR/PR, PR/MS e PR/RS, que são responsáveis por 45% dos casos relacionados a esse crime. A infraestrutura da solução está sendo migrada para a nuvem da AWS para garantir a escalabilidade, robustez e estabilidade. Após a migração, será realizada a implantação nas demais unidades do MPF, com conclusão prevista até 31/08/2025. O ApoIA foi concebido para ser expansível e encontra-se em fase de adequação para ser usado em processos judiciais eleitorais de Prestação de Contas e, posteriormente, no Registro de Candidatura. A ferramenta auxilia na melhoria da eficiência dos processos com regras negociais melhor disseminadas, contribuindo para a transformação digital, por meio de otimização de rotinas, com auxílio da IA Generativa.	Previsão de finalizar os dimensionamentos da unidades meio nesse semestre. Perspectiva de iniciar as atividades no segundo semestre de 2026.
Ac10	Implementação do plano de governança de IA no MPF	STIC	Executado parcialmente (ou em andamento)	- Promover a integração nacional, consolidando a atuação coordenada - Garantir processos eficientes com regras negociais disseminadas	1 - Criação de modelo operacional de governança de IA; 2 - Implementação de sistemas de supervisão relativos à governança de IA; 3 - Criação de políticas e controles de governança de IA.	No 2º semestre de 2025, estavam previstas duas atividades macro, sendo que ambas as atividades foram integralmente concluídas:	
						Integração com Único Extrajudicial; Nacionalização ApoIA RFFP.	
Ac11	Elaborar a proposta orçamentária referente às despesas discricionárias de 2026 no Sistema Cosmos	SPOC	Executado totalmente	- Promover a integração nacional, consolidando a atuação coordenada - Garantir processos eficientes com regras negociais disseminadas	Maior fluidez e agilidade na elaboração da proposta orçamentária de 2026, garantindo precisão nos dados, otimização dos fluxos de trabalho e fortalecimento da governança orçamentária no Ministério Público Federal.	Durante o 1º semestre de 2025 formou-se, designado pela CETI, um grupo de trabalho para discutir e propor um modelo de Comitê de Governança de IA para o MPF, composto por integrantes da Comissão Estratégica de Tecnologia da Informação (CETI) e pelo Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, GT este que já realizou três reuniões para discutir modelos de comitê de governança de IA. A partir da implementação do Comitê, pretende-se submeter a este proposta de trabalho relativa ao modelo operacional, plano e política de governança de IA para o MPF, com todas os instrumentos que lhe são inerentes (framework de priorização de demandas, de análise de riscos, etc.). O grupo de trabalho vem debatendo sobre questões relacionadas a estrutura e funcionamento do comitê de governança de IA com o objetivo de propor uma minuta de normativo na próxima reunião da CETI em setembro do corrente ano. A par dos estudos empreendidos pelo GT supracitado, outras ações vêm sendo empreendidas pela STIC, tais como a criação de um grupo/comunidade no ZOOM com a finalidade de proporcionar a troca horizontal de conhecimento entre os participantes (usuários internos do MPF); o compartilhamento de conhecimento por meio de um repositório de informações (Biblioteca) utilizando a ferramenta de IA generativa Notebooklm, da Google. Por fim, está em fase final de estudo a implementação de uma solução de IA generativa que atuará diretamente no Sistema Único para, dentre outras ações, auxiliar na confecção de minutas e resumos de expedientes (documentos, PGEAS, autos judiciais).	A ação encontra-se em andamento, com a formalização da Subcomissão de IA (SIA/MPF), cuja assinatura do normativo e a respectiva instituição ocorreu em 20/01/26 por meio da Portaria PGR/MPF nº 15. O objetivo é apoiar o MPF na definição de prioridades e diretrizes para o uso de IA de forma segura, transparente e alinhada às necessidades institucionais. A SIA/MPF é vinculada à Comissão Estratégica de Tecnologia da Informação (Ceti), à qual reportará suas atividades mensalmente. Está em elaboração o referido plano.
						Todas as unidades do MPF fizeram o lançamento da proposta orçamentária 2026 de despesas discricionárias no sistema cosmos. Essa ação permitiu maior fluidez e agilidade na elaboração da proposta orçamentária, garantindo precisão nos dados, otimização dos fluxos de trabalho e fortalecimento da governança orçamentária no Ministério Público Federal.	A ação foi concluída em agosto de 2025, considerando os prazos orçamentários para o encaminhamento da proposta orçamentária do MPU ao Poder Executivo. Por tratar-se de um sistema novo, ainda em fase de ajustes, houveram desafios que foram sanados no decorrer do processo. Dessa forma, o objetivo foi alcançado no prazo estipulado.

Secretarias Nacionais

Código	Ação Prioritária	Área	Situação	Objetivos estratégicos atendidos	Resultados esperados	Resultados 2025	
Ac12	Capacitação e Treinamento em Segurança	SPMPF	Executado parcialmente (ou em andamento)	- Promover a integração nacional, consolidando a atuação coordenada - Garantir processos eficientes com regras negociais disseminadas	Difusão da doutrina de segurança institucional para aperfeiçoamento e padronização das atividades de segurança realizadas pela Secretaria de Segurança Institucional - SSIN.	1º Semestre	2º Semestre
						Monitoramento da Estratégia do MPF - Ações Prioritárias A ação prioritária "Capacitação e Treinamento em Segurança" da Secretaria de Segurança Institucional do MPF (SSIN), com início em 11 de março de 2025 e conclusão prevista para 31 de dezembro de 2027, tem como Resultado Esperado a "Difusão da doutrina de segurança institucional para aperfeiçoamento e padronização das atividades de segurança realizadas pela Secretaria de Segurança Institucional - SSIN". Esta ação visa promover a integração nacional, consolidando a atuação coordenada, e garantir processos eficientes com regras negociais disseminadas. As ações aqui relatadas são exemplificativas e mais iniciativas são trabalhadas pela SSIN a fim de se atingir os resultados propostos. Os resultados esperados, nas ações já realizadas, foram constatados. 1- Andamento no Primeiro Semestre de 2025 No primeiro semestre de 2025, a SSIN demonstrou um progresso notável na Ação prioritária: Capacitação e Treinamento em Segurança, com a realização de diversas iniciativas cruciais para o aperfeiçoamento e padronização das atividades de segurança. As ações já realizadas e em andamento são as seguintes: Operação de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPAs) – sem tutoria (Curso EaD): Lançado de 21 de maio a 18 de junho, na Plataforma EaD do MPF, este curso visou capacitar 500 agentes de Polícia Institucional na operação eficiente e segura de RPAs. Com 40 horas de carga horária, o treinamento abrangeu desde a história e conhecimento técnico até legislação e procedimentos de segurança de voo, além de introdução à fotografia aérea. Este curso foi fundamental para a atuação estratégica e proativa dos agentes, alinhando-se diretamente à necessidade de modernização das operações do MPF, como evidenciado pela justificativa do "Curso de Formação de Piloto de Drone (prática)", que será abordado no segundo semestre. ICAMT - Instrução Continuada de Armamento e Tiro: Esta iniciativa buscou padronizar o conteúdo ministrado pelos Instrutores de Armamento e Tiro e realizar o Teste de Armamento e Tiro. O objetivo foi promover o aperfeiçoamento constante do desempenho desses instrutores, uniformizando a formação na área e visando as metas estratégicas da instituição. Treinamento em Defesa Pessoal para Mulheres: Implementado com o intuito de disseminar conhecimentos sobre autoproteção, este treinamento visou prover noções básicas de defesa pessoal às mulheres que trabalham no MPF. Além de fortalecer a segurança institucional de forma sistêmica, a ação alinou-se ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do MPF e reconheceu a importância de capacitar o público feminino diante dos altos índices de violência urbana, sendo oportuno no mês de março, que celebra o Dia Internacional da Mulher. 2- Próximos Passos (Segundo Semestre de 2025) O segundo semestre de 2025 já tem cursos relevantes programados, que prometem dar continuidade ao avanço da ação: Curso de Formação de Piloto de Drone (prática): Este curso complementarà a capacitação EaD já realizada, focando na prática da operação de drones. Sua justificativa reforça a importância da Resolução CNMP 156/2016 e da Portaria nº 61/2017 da PGR, que exigem carga horária mínima anual de treinamentos para a percepção da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS). A capacitação prática visa preparar os policiais para enfrentar os desafios contemporâneos de segurança e utilizar tecnologias avançadas como as RPAs. V Ciclo de Treinamento: Este ciclo tem como objetivo aprimorar e desenvolver a capacitação dos agentes de segurança institucional, padronizando rotinas e procedimentos. Abrangendo desde atendimento pré-hospitalar até planejamento operacional de ações de segurança de dignitários, o treinamento visa também a transmissão de valores éticos profissionais e o desenvolvimento do estado emocional dos alunos para o uso de técnicas de defesa eficientes. Serão disponibilizadas duas turmas: uma para servidores com porte de arma e outra para servidores sem porte de arma, com o objetivo de habilitá-los para utilização de arma de fogo. Habilitação em Arma Longa: Este curso tem como objetivo desenvolver e padronizar conhecimentos teóricos e práticos inerentes ao uso de arma longa em segurança de dignitários. O andamento da ação no primeiro semestre de 2025 demonstrou um comprometimento ativo da SSIN em cumprir os resultados esperados de difusão da doutrina de segurança institucional. A variedade e a especificidade dos treinamentos oferecidos, desde a operação de drones até defesa pessoal e instrução de armamento, indicam uma abordagem abrangente para o aperfeiçoamento e a padronização das atividades de segurança. As bases para o alcance dos objetivos estratégicos de integração nacional e processos eficientes foram solidamente estabelecidas através dessas capacitações, com a constatação dos resultados esperados nas ações já realizadas.	Demonstração de resultados concretos - Curso de Habilitação em Pistola 2025: PGEA - 1.00.000.006537/2025-94 - ADMINISTRATIVA Drone: PGEA - 1.00.000.005397/2025-37 - ADMINISTRATIVA Curso de Habilitação em Arma longa: PGEA - 1.00.000.005700/2025-00 - ADMINISTRATIVA EAD (GAS): PGEA - 1.00.000.000166/2025-37 - ADMINISTRATIVA
	Modernização do Sistema Único			- Apresentar resultados transparentes para a sociedade em linguagem acessível - Contribuir para a pacificação de conflitos e priorizar a atuação resolutiva - Viabilizar a transformação digital	Processos de trabalho uniformes nacionalmente, eficientes e eficazes, viabilizando a geração de dados da atuação finalística consistentes e de qualidade.	O projeto de Modernização do sistema Único está em andamento, a 3ª etapa do projeto foi concluída em 11 de junho de 2025, tendo sido iniciada em sequência a 4ª etapa do projeto de Modernização do sistema Único. Neste semestre pode se destacar as seguintes ações: - Redução do Índice de Débito Técnico (IDT) e de Vulnerabilidades do sistema Único, conforme Instrução de Serviço Conjunta Sejud/Stic nº 3, de 23 de setembro de 2022: de 23.675 para 18.645 pontos no IDT, o que representa uma redução de mais de 70% em relação ao início de sua contagem; - Início do uso do serviço de nuvem pública na infraestrutura do sistema Único; - Implementação dos novos gerenciadores de expedientes no sistema Único, com retirada da tecnologia SOLR dos gerenciadores, o que trouxe mais performance e reduziu riscos de perda ou de dessincronização de informações; - Descontinuidade de todo Código em ATENA do sistema, o que contribuirá sobremaneira para a continuidade da modernização do sistema; - Inclusão de formulário para Acordos de colaboração premiada na aba Resultados do Único; - Ajustes de acessibilidade nas telas do sistema Único e no processo de desenvolvimento do sistema, a fim de sempre garantir acessibilidade em novas funcionalidades; - Envio de petições iniciais via MNI com o sistema SEEU; - Migração do manual da WikiMPF - ferramenta atualmente sem manutenção - para o Google Sites da SEJUD/PGR; - Organização e publicação do backlog do sistema no Google Sites;	No semestre, a ação de Modernização do Sistema Único apresentou andamento satisfatório, com cumprimento dos prazos previstos e entregas alinhadas aos resultados esperados, evidenciando avanços concretos na padronização de fluxos, na segurança da informação e na estabilidade tecnológica. Destacam-se as seguintes ações entregues: ● Implementação e consolidação da Reestruturação do Sigilo (versão 4.17), com a introdução do conceito de Tipo de Sigilo e Nível de Restrição, adaptações nas telas dos módulos Judicial e Procedimentos, implementação do tipo de sigilo "Reservado" da LAI em expedientes administrativos e adequações no MNI e nos avisos de comunicação de intimações; ● Realização da 10ª Pesquisa de Satisfação do Sistema Único, contemplando a comunicação, disponibilização, processamento, análise e publicação dos resultados; ● Continuidade das ações de redução do Índice de Débito Técnico (IDT) do Sistema Único, conforme a Instrução de Serviço Conjunta Sejud/Stic nº 3, de 23 de setembro de 2022, aliadas à migração do código do sistema para Java 21 e à evolução das integrações com o DJE/CNJ; ● Avaliação e ajustes da infraestrutura do Sistema Único após a disponibilização das versões 4.16 e 4.17, incluindo verificações em ambiente Kubernetes, monitoramento da experiência de uso em nível gerencial e fortalecimento da segurança e do desempenho dos bancos de dados.
Ac14	Implementação do uso de ferramentas de inteligência artificial no Sistema Único para tratamento (resumo, apoio na geração de manifestações) de autos judiciais de atribuição dos órgãos especiais JEF/CL.	SNPD	Há intenção formalizada (aguardando início)	- Apresentar resultados transparentes para a sociedade em linguagem acessível - Contribuir para a pacificação de conflitos e priorizar a atuação resolutiva - Viabilizar a transformação digital	Trata-se de ação que deverá contar com interação a ser mantida com a SEJUD e a STIC, esperando-se a redução do tempo de residência de processos em gabinetes, aumento da capacidade de produção de manifestações detalhadas e a racionalização do processo de trabalho dos gabinetes de ofício especial JEF/CL.		Aguarda-se a conclusão do ETP (Estudo Técnico Preliminar) relacionado à contratação ou desenvolvimento de ferramenta de inteligência artificial para iniciar-se a necessária articulação com a SEJUD e a STIC para o início dos trabalhos.
Fonte da informação		Consulta às áreas responsáveis					
Área responsável pelas informações		Assessoria Especial de Gestão Estratégica (SG/AEGES)					
Data da última atualização		30/01/2026					

ITEM	GRAU DE EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO	EVIDÊNCIA
1 - Resultados para a Sociedade			
1.3.1.2 Promover a cooperação entre os MPs visando o intercâmbio de iniciativas de inovação.	Executado totalmente	1. Indicador: elaborar e disponibilizar ao menos 1 modelo de atuação (nota técnica, recomendação, TAC, ACP, roteiro institucional), em conjunto com os Ministérios Públicos estaduais e de Contas, visando a correta e eficiente aplicação de recursos do FUNDEF/FUNDEB. Resultado: foram elaborados modelos de Recomendação, Termo de Ajustamento de Conduta e Ação Civil Pública, disponibilizados aos membros do MPF, mediante trabalho desenvolvido em parceria com o Tribunal de Contas da União, o qual disponibilizou planilha com a relação de municípios que apresentavam irregularidades nas contas do Fundeb. 2. Indicador: realizar no mínimo 5 projetos do Ministério Público pela Educação (MPEduc) em parceria com os Ministérios Públicos Estaduais com foco nos seguintes eixos temáticos: 1- Conectividade; 2- Escola em tempo integral; 3- Fundeb e 4- Plano de Ações Articuladas (PAR). Resultado: em 2025, no âmbito dos trabalhos do MPEduc, foram realizados 25 projetos em parceria com os Ministérios Públicos Estaduais, conforme descrição constante no Ofício nº 71/2026/1ª CCR/MPF (PGR-00015133/2026).	1. Fundef/Fundeb:  Fundef/Fundeb 2. MPEduc Levantamento de municípios que executaram o MPEduc em parceria com o MPE
1.3.1.3 Fomentar na obtenção de dados e informações relevantes, buscando cooperação técnica com outros órgãos, como Tribunais de Contas (TCs) e Ministérios/Secretarias, etc.	Executado totalmente	1. Indicador: operacionalizar ao menos 1 acordo de cooperação com órgão governamental de pesquisa para intercâmbio de dados, conhecimentos e experiências sobre o sistema e a política de saúde no Brasil. Resultado: Firmou-se Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 13/05/2025 (PGR-00134115/2025).	 Acordo de Cooperação Técnica IPEA e MPF - dados em saúde - 2025.pdf
1.4.02.1 Promover medidas para ampliar a oferta de ensino em período integral, proporcionando aos alunos uma educação mais completa e abrangente.	Executado totalmente	1. Indicador: expedir, no âmbito dos projetos a serem desenvolvidos em 2025 pelo Programa Ministério Público pela Educação (MPEduc), recomendações aos municípios, correlatos aos projetos, que aderirem ao Programa Escola em Tempo Integral (Lei nº 14.640/2023) a regularizar sua situação perante a Secretaria de Educação Básica (com a efetiva implementação do programa nos termos declarados) ou proceder à devolução dos recursos recebidos. Resultado: quanto à atuação na temática do Programa Escola em Tempo Integral pelo MPEduc, em 2025, foram expedidas 10 (dez) recomendações visando a adequação dos municípios aos critérios do programa.	Recomendações Escola em Tempo Integral - MPEduc
1.4.02.2 Criar mecanismos eficientes para monitorar a aplicação dos recursos destinados à educação, garantindo que sejam utilizados de forma adequada e eficaz.	Executado Parcialmente	1. Indicador: concluir a implementação de 1 aplicativo para fiscalização e acompanhamento da transparência da folha de pagamento da educação com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Posição atual: Aplicativo em fase de desenvolvimento pela equipe técnica do MPF. Base já em estado adiantado. Previsão de entrega para final de 2026.	Aplicativo Fundeb
1.4.12.1 Promover o compartilhamento das ferramentas desenvolvidas pelos órgãos de controle, como Painéis de Business Intelligence (BI), para facilitar a atuação das instituições de controle, como Ministério Público, Tribunais de Contas, Polícia, e a sociedade em geral.	Executado totalmente	1. Indicador: manter atualizado e disponibilizar aos membros do MPF 1 painel com dados dos maiores infratores por excesso de peso, divulgado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), objetivando a defesa do patrimônio público, com ênfase na melhoria da qualidade e da segurança das rodovias federais. Resultado: A sistematização dos dados pelo DNIT disponibilizou informações qualificadas e sistematizadas aos membros do MPF sobre os principais infratores por excesso de peso nas rodovias federais, aprimorou a capacidade institucional de análise e atuação estratégica, a partir do uso de dados oficiais do DNIT, propiciou maior racionalidade na seleção de casos e temas prioritários, com potencial direcionamento da atuação ministerial para situações de maior impacto ao patrimônio público, contribuiu para a prevenção de danos à infraestrutura rodoviária federal, mediante indução indireta ao cumprimento da legislação de trânsito e transporte e fortaleceu a articulação institucional entre o MPF e órgãos responsáveis pela gestão e fiscalização da infraestrutura viária.	Painel de acompanhamento dos infratores do Plano Nacional de Pesagem – PNP

ITEM	GRAU DE EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO	EVIDÊNCIA
1 - Resultados para a Sociedade			
1.1.1.1 Fomentar a criação de bases de dados compartilhadas para rastrear e analisar indicadores criminais, possibilitando uma tomada de decisão baseada em dados mais eficaz.	Executado totalmente	Criação do grupo de trabalho, em conjunto com a SPPEA, sobre Sistema de Recepção e Análise de Vestígios Digitais	https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/coordenacao
1.1.2.2 Fomentar a implantação de uma base única nacional de antecedentes criminais para simplificar as verificações de histórico criminal.	Intenção formalizada	O GT Utilidade da 2ª CCR vem buscando a criação dessa base de dados, com a possibilidade de criação de base interna no MPF (OBS: o Coordenador do GT Utilidade, Fernando Pacheco, participou do GT Inteligência do MPF)	https://unico.mpf.mp.br/unico/unico-v2/app/modules/documento/visualizador/VisualizadorIntegraConsolidadaView.html#?documento=155224382
1.1.2.3 Estabelecer bases de dados unificadas que permitam pesquisar informações sobre pessoas investigadas, réus e testemunhas.	Intenção formalizada	O GT Utilidade elaborou pedido para criação desse sistema de localização de pessoas	https://unico.mpf.mp.br/unico/unico-v2/app/modules/documento/visualizador/VisualizadorIntegraConsolidadaView.html#?documento=155224382
1.2.1.3 Aprimorar a persecução patrimonial de Organizações Criminosas, compartilhando dados com a Receita Federal, COAF, DETRAN e Cartórios de Imóveis.	Executado totalmente	Criação do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira Federal); Criação do Gaeco Nacional	https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/coordenacao/comissoes-e-grupos-de-trabalho/lavagem-de-dinheiro-e-crimes-fiscais/cira-federal
1.3.1.4 Formalizar termos de cooperação com instituições do sistema de justiça, visando à implementação de mecanismos de justiça negociada.	Executado totalmente	Expedição de orientação sobre os Acordos de Não Persecução Penal	https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/orientacao
1.4.04.2 Atuar para garantir os direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.	Executado totalmente	Pedido de criação de grupos de atuação conjunta para casos de grande repercussão e que requer atuação conjunta	https://unico.mpf.mp.br/unico/modulo/documento/painel/
1.4.05.1 Fomentar a proteção dos dados pessoais na atividade	Executado totalmente	Criação de canal do Zoom para difundir informação, privacidade e proteção de dados pessoais.	https://novoportal.mpf.mp.br/novaintra/informa/2023/adm
1.4.09.2 Fomentar a criação de fluxos de atendimento para crianças e adolescentes vítimas de violência, incluindo a assinatura de protocolos de atuação e a articulação entre diferentes áreas do Ministério Público (MP).	Executado totalmente	Expedição de orientação sobre violência política de gênero e atuação do Grupo de Apoio sobre Crimes Cibernéticos	https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/orientacao
1.4.10.1 Incentivar mecanismos de proteção para transações bancárias remotas.	Executado totalmente	Definição de outras formas de atuação quanto ao crime contra o sistema financeiro nacional previsto no art. 20 da Lei nº 7.492/86	1.00.000.020997/2022-82 - https://unico.mpf.mp.br/unico/modulo/procedimento/painel/#/122667764
1.4.10.2 Responsabilizar as instituições financeiras de forma objetiva por fraudes na oferta de crédito.	Executado Parcialmente	Realização de workshop para fortalecer a cooperação entre as instituições para enfrentar um sistema financeiro nacional cada vez mais digital e complexo.	https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2025/mpf-e-ba
1.4.12.1 Promover o compartilhamento das ferramentas desenvolvidas pelos órgãos de controle, como Painéis de Business Intelligence (BI), para facilitar a atuação das instituições de controle, como Ministério Público, Tribunais de Contas, Polícia, e a sociedade em geral.	Parcialmente	Desenvolvimento dos painéis do MPF em números	https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2025/mpf-e-ba
1.4.13.2 Implementar o prontuário eletrônico para melhorar o registro e o acesso às informações de saúde dos pacientes.	Não se aplica		
1.5.1.3 Instar os municípios a implementar a legislação municipal necessária para regulamentar a Lei Anticorrupção, fortalecendo os mecanismos de combate à corrupção.	Não executado	Não se aplica	
1.5.2.2 Fomentar a criação de ferramentas de BI para acompanhar a execução orçamentária, permitindo uma análise mais eficaz dos dados financeiros e o planejamento de atuação ministerial mais resolutiva.	Não executado	Não se aplica	
1.6.1.3 Promover a capacitação dos integrantes do MP em relação às soluções autocompositivas, demonstrando a importância da formação para implementar essas práticas.	Intenção formalizada	Planejamento Estratégico de Capacitação (PEC) 2026. Referência: Memorando Circular nº 194/2025/SGP/SG - PGR-00423166/2025	Ofício 1702/2025 GABPRM2-SCN - PRM-CAX-RS-00011478/2025 - https://unico.mpf.mp.br/unico/unico-v2/app/modules/documento/visualizador/VisualizadorIntegraConsolidadaView.html#?documento=154199683

ITEM	GRAU DE EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO	EVIDÊNCIA
1 - Resultados para a Sociedade			
1.3.1.2 Promover a cooperação entre os MPs visando o intercâmbio de iniciativas de inovação.	Executado totalmente	1. Indicador: Propor parcerias aos Ministérios Públicos nos Estados para a realização de trabalhos voltados à defesa da ordem econômica e do consumidor. 2. Resultado: A Câmara oficiou os Ministérios Públicos nos Estados mais populosos e solicitou informações sobre a instauração de procedimentos que visassem aprimorar o combate ao excesso de fiações nos postes de energia. O objetivo é criar um banco de dados com informações que subsidiem a atuação da Câmara em relação ao assunto.	Ofício nº 593/2025/AC/3CCR
1.3.1.3 Fomentar na obtenção de dados e informações relevantes, buscando cooperação técnica com outros órgãos, como Tribunais de Contas (TCs) e Ministérios/Secretarias, etc.	Executado Parcialmente	1. Indicador: Celebração, ou manutenção, de Acordos de Cooperação Técnica com Órgãos 2. Resultados: Celebração de Acordos de Cooperação Técnicas com: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda; Secretaria Nacional do Consumidor;	A Câmara mantém ou está em vias de celebrar Acordos de Cooperação Técnicas com os órgãos citados na descrição.
1.4.01.1 Fomentar a integração e aproximação com o PROCON (órgão de proteção ao consumidor) às atividades do Ministério Público para fortalecer a defesa dos direitos dos consumidores.	Executado totalmente	1. Indicador: Celebração (ou manutenção dos atuais) de Acordo de Cooperação Técnica com Procons e com a Secretaria Nacional do Consumidor 2. Resultados: a) Aprimoramento do Acordo de Cooperação Técnica com a Senacon b) Um integrante de uma das Comissões da Câmara representa o MPF no Comigê Gestor do Consumidor.	O MPF propôs no final do ano de 2025 a renovação do Acordo de Cooperação Técnica que mantém com a Secretaria Nacional do Consumidor. A 3ª Câmara é a executora do Acordo.
1.4.01.2 Promoção da essencialidade do transporte aéreo e garantia do cumprimento das resoluções da ANAC para proteger os direitos dos passageiros.	Executado totalmente	1. Indicador: Definir, no mínimo, três temas como prioritários e promover trabalho conjunto ao Ministério da área, às Agências Reguladora e outros órgãos e entidades para garantir o direito do consumidor dos serviços aéreos. 2. Resultados: a) A Câmara realizou trabalho com a Agência Nacional de Aviação Civil - Anac, buscando ampliar a segurança nos aeroportos, inclusive por meio do Programa Aeroportos Mais Seguros. Realização de reuniões com a Anac, com a Secretaria Nacional de Aviação Civil e com o Ministério de Portos e Aeroportos. b) A Câmara atuou junto aos órgãos de defesa do consumidor e da Secretaria Nacional do Consumidor em relação ao Programa de Milhas das companhias aéreas, buscando assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos com os participantes dos programas de fidelidade. c) A Câmara atuou junto aos órgãos reguladores e às companhias aéreas a fim de coibir abusos nas cobranças para transporte de bagagens, inclusive para garantir a gratuidade.	A Câmara tem realizado reuniões com órgãos e entidades que atuam no setor aéreo buscando criar e fortalecer mecanismos de defesa dos direitos do Consumidor.
1.4.05.1 Fomentar a proteção dos dados pessoais na atividade	Executado totalmente	1. Indicador: Começar a inserir mecanismos e protocolos nos documentos e trabalhos que promovam ou fortaleçam a proteção de dados dos atores envolvidos. 2. Resultados: a) Aplicação do protocolo na Ação Coordenada Ensinamed, conduzida pela Câmara.	Elaboração de Termo de Confidencialidade a ser preenchido durante a realização da Ação Coordenada Ensinamed
1.4.10.1 Incentivar mecanismos de proteção para transações bancárias remotas.	Executado totalmente	1. Indicador: a) Atuar junto ao Banco Central do Brasil para a criação de ferramenta que garantisse proteção aos consumidores em relação a golpes e fraudes. b) Realização de Workshop, em parceria com o Banco Central, para discutir o tema. 2. Resultados: a) Nos dias 14 e 15 de novembro de 2025 foi realizado o workshop "MPF e Bacen em diálogo: Regulação e Riscos do Mercado Financeiro". b) Em dezembro de 2025, o Banco Central do Brasil lançou o programa BC Protege+, mecanismo criado para a proteção de abertura de conta corrente, poupança e conta de pagamento pré-paga e a inclusão como titular ou representante nessas contas.	https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/20953/noticia
1.4.10.2 Responsabilizar as instituições financeiras de forma objetiva por fraudes na oferta de crédito.	Executado totalmente	1. Indicador: Atuar junto ao Banco Central do Brasil para a criação de ferramenta que garantisse proteção aos consumidores em relação a golpes e fraudes. 2. Resultados: a) Nos dias 14 e 15 de novembro de 2025 foi realizado o workshop "MPF e Bacen em diálogo: Regulação e Riscos do Mercado Financeiro". b) Realização de reuniões com a Federação Brasileira de Bancos	Workshop MPF & Bacen

ITEM	GRAU DE EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO	EVIDÊNCIA
1.6.1.1 Promover uma atuação resolutiva e planejada baseada em dados e evidências, com o uso da tecnologia.	Executado Parcialmente	1. Indicador: Manter/criar Assessoria específica para lidar com dados e informações qualificadas da Câmara, inclusive por meio de um B.I., com dados de interesse dos membros que atuam na Câmara para auxiliar na tomada de decisões. 2. Resultados: a) Expedição de relatórios periódicos para as Comissões Temáticas da Câmara, contendo o número de procedimentos que são instaurados, no país, em cada assunto; b) Realização de pesquisas de correlatos que auxiliam as Comissões a realizar trabalho coordenado com Unidades em determinados assuntos; c) Criação de um Notebook LM temático, contendo as resoluções e normas mais importantes de cada Comissão Temática da Câmara;	A Assessoria de Gestão da Informação da 3ª Câmara produz dados e informações para subsidiar a atuação de membros e de Comissões.
1.6.1.2 Promover uma cultura organizacional que valorize e promova a autocomposição como um método eficaz e preferencial de resolução de conflitos, inclusive para fins de mensuração de resultados.	Executado totalmente	1. Indicador: Realização do Encontro Nacional com a presença do Colegiado da 3ª Câmara, dos membros das Comissões Temáticas e dos Representantes da Câmara nos Estados. 2. Resultados: a) Realização do Encontro Nacional da 3ª Câmara, nos dias 2, 3 e 4 de dezembro de 2026, com a participação de oitenta e dois procuradores da República. b) Realização de Mesas Temáticas para debates técnicos, com procuradores de várias Unidades do país para apresentação de propostas de atuação em temas pré-definidos pelo Colegiado da Câmara.	Encontro Anual - 3CCR
1.6.1.3 Promover a capacitação dos integrantes do MP em relação às soluções autocompositivas, demonstrando a importância da formação para implementar essas práticas.	Executado totalmente	1. Indicador: Realização de cursos e workshops e cursos voltados ao aprimoramento técnico dos procuradores da Repúblicas que atuam nos temas da Câmara 2. Resultados: a) Realização do Workshop "Energia, Sustentabilidade e Minerais Estratégicos"; b) Realização do Workshop "Ministério Público Federal e a Ordem Econômica"; c) Realização do Workshop "MPF e Bacen em diálogo: Regulação e Riscos do Sistema Financeiro".	Workshop: MPF e a Ordem Econômica

ITEM	GRAU DE EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO	EVIDÊNCIA
1 - Resultados para a Sociedade			
1.3.1.3 Fomentar na obtenção de dados e informações relevantes, buscando cooperação técnica com outros órgãos, como Tribunais de Contas (TCs) e Ministérios/Secretarias, etc.	Executado Parcialmente	1. Indicador: Celebração, ou manutenção, de Acordos de Cooperação Técnica com Órgãos. 2. Resultado: A Câmara tem estimulado a celebração de acordos de cooperação voltados à atuação nas temáticas meio ambiente e patrimônio cultural. Como exemplo, foram propostos e celebrados os seguintes acordos de cooperação em 2025: 1) ACT entre o MPF e o Center for Climate Crime Analysis / Centro de Análise de Crimes Climáticos. ACT firmado com execução prevista para os anos de 2026 a 2031.; 2) ACT entre o MPF e a UFRGS. ACT firmado com execução prevista para os anos de 2026 a 2029; 3) ACT entre o MPF e a Universidade de Wisconsin-Madison. ACT firmado com execução prevista para os anos de 2026 a 2030; 4) ACT MPF/IPAM. ACT firmado com execução prevista para os anos de 2025 a 2027; 5) 1º Termo Aditivo ao ACT entre o MPF e o Instituto Igarapé. ACT firmado com execução prevista para os anos de 2025 a 2030 ; 6) Termo de Adesão nº 16/01/2025/CNMP. Adesão ao ACT firmada com execução prevista para os anos de 2025 a 2027; 7) ACT MPF/UFGM. ACT firmado com execução prevista para os anos de 2025 a 2027. Além disso, foram formalizadas intenções para a celebração dos seguintes acordos de cooperação em 2025: 8) ACT MPF e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); 9) ACT entre o IPHAN e o MPF; 10) ACT entre o MPF e a PRF; 11) ACT entre o MPF e a ANM; 12) ACT MPF e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.	1) (PGR-00377876/2025); 2) (PGR-00461048/2025); 3) (PGR-00214049/2025); 4) (PGR-00440322/2025); 5) (PGR-00381540/2025); 6) https://www.mpf.mp.br/atualizacao-tematica/ccr4/coordenacao/acordos-de-cooperacao/4-termo-de-adesao-n-16-01-2025-cnmp.pdf 7) (PGR-00002047/2025); 8) PGEA - 1.00.000.002119/2025-28 9) PGEA - 1.00.000.003326/2024-19 10) PGEA 1.00.000.001652/2025-72 11) (Ofício 1488/2025 - PGR-00467074/2025) 12) (Ofício 796/2025 - PGR-00201244/2025)
1.6.1.1 Promover uma atuação resolutiva e planejada baseada em dados e evidências, com o uso da tecnologia.	Executado totalmente	1. Indicador: Disseminação de diretrizes da Política Nacional de Fomento à atuação resolutiva em matéria ambiental. 2. Resultado: a) Divulgação do Roteiro de Atuação sobre Estratégia de Investigação em Crimes Ambientais com foco na aplicação de Boas Práticas nos Acordos de Não Persecução Penal (ANPPs) em matéria ambiental. Com um roteiro objetivo e funcional, o roteiro busca garantir a uniformidade procedimental na persecução penal, respeitando a independência funcional dos membros do Ministério Público Federal (MPF). b) A 4ª CCR tem priorizado iniciativas que assegurem resultados práticos e otimização de recursos tecnológicos. Nesse sentido, destaca-se o Projeto Prometheus ambiental (Portaria DG/PF nº 19065, de 12 de dezembro de 2025) que, em alinhamento com a Polícia Federal, implementou o uso da Plataforma Prometheus para a análise integrada de notícias-crime ambientais lavradas remotamente. Essa estratégia evita a fragmentação de inquéritos policiais isolados e confere maior celeridade e eficácia à resposta estatal. c) O Projeto Amazônia Protege fundamenta a adoção de critérios estratégicos e automatizados (imagens de satélite e cruzamento de dados públicos) para a escolha de áreas prioritárias para o ajuizamento de ações civis públicas, priorizando a eficácia da recomposição ambiental; d) Expedição do Ofício Circular nº 43/2025 aos Procuradores-Chefes das unidades estaduais do MPF. O documento consolida a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva ao estabelecer diretrizes para a destinação de recursos e bens oriundos de danos ambientais, priorizando a autocomposição e os métodos extrajudiciais como vias célere para a reparação integral. Ao operacionalizar os resultados práticos da Orientação nº 10 - 4ª CCR, o expediente busca uniformizar a atuação institucional com foco na transparência e segurança jurídica, garantindo que a aplicação de recursos provenientes de acordos beneficie diretamente as comunidades atingidas e assegure a máxima efetividade social na proteção do meio ambiente e do patrimônio público.	a) PROTOCOLO DE ATUAÇÃO/2025 - (PGR-00476824/2025); b) Prometheus ambiental (PGR-00001365/2026 / PGR-00120339/2025); c) https://amazoniaprotege.mpf.mp.br/o-projeto; d) Ofício Circular nº 43/2025 (PGR-00328643/2025) e Orientação nº 10 - 4ª CCR (PGR-00328643/2025);

ITEM	GRAU DE EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO	EVIDÊNCIA
1.6.1.2 Promover uma cultura organizacional que valorize e promova a autocomposição como um método eficaz e preferencial de resolução de conflitos, inclusive para fins de mensuração de resultados.	Executado totalmente	1. Indicador: Incentivo à realização de Acordos de Não Persecução Penal (ANPP) e colaboração premiada. 2. Resultados: a) Atualização da Orientação Conjunta nº 03/2018 - 2ª, 4ª e 5ª CCRs que busca proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável na aplicação dos ANPPs, sendo importante frisar que a referida orientação foi revista e atualizada, com a participação das mencionadas Câmaras, em ação coordenada pelo Grupo de Trabalho sobre ANPP. b) Expedição da Orientação Conjunta nº 01/2025 (2ª, 4ª e 5ª CCRs) que consolida a colaboração premiada como um instrumento estratégico da justiça negociada, alinhando-a à Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva para enfrentar ilícitos de alta complexidade. Ao regulamentar esse negócio jurídico processual, o documento prioriza a obtenção de resultados concretos como a recuperação de ativos e a identificação de coautores — e a reparação antecipada de danos, sempre pautada pelos princípios da boa-fé, transparência e utilidade pública. Dessa forma, a orientação busca uniformizar procedimentos institucionais para garantir maior segurança jurídica, celeridade e efetividade social na resposta penal. c) A Orientação nº 11/2025 - 4ª CCR reforça o incentivo à justiça consensual ao determinar que a negativa de oferecimento do ANPP, quando fundamentada em habitualidade criminosa, deve ser concretamente motivada pelo membro oficiante. d) Apoio institucional ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA). Refletindo esse compromisso, a 4ª CCR expediu, em 2025, o Ofício nº 1259/2025-4ªCCR em atenção à solicitação da Corregedoria Nacional do Ministério Público. O documento encaminhou sugestões, a exemplo da atuação do NUIPIA, visando que o Plano de Atuação e Gestão das Promotorias, Procuradorias, Ofícios, Centros de Apoio e Órgãos Congêneres das Unidades e Ramos ministeriais (PAPI) das unidades ministeriais sirva como parâmetro essencial para os indicadores de resolutividade, em conformidade com a Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 01/2023.	a) Orientação Conjunta nº 03/2018 - 2ª, 4ª e 5ª CCRs (PGR-00371787/2025) b) Orientação Conjunta nº 01/2025 (2ª, 4ª e 5ª CCRs) (PGR-00481121/2025) c) Orientação nº 11/2025 - 4ª CCR (PGR-00079597/2025) d) Ofício nº 1259/2025-4ªCCR (PGR-00373520/2025)

ITEM	GRAU DE EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO	EVIDÊNCIA
1.6.1.3 Promover a capacitação dos integrantes do MP em relação às soluções autocompositivas, demonstrando a importância da formação para implementar essas práticas.	Executado totalmente	1. Indicador: Realização de encontros, oficinas e diálogos interinstitucionais voltados à atuação temática. 2. Resultados: a) Realização do Encontro Regional PRR2, PR-RJ E PR-ES - "Diálogos Interinstitucionais: Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural" b) Realização do Evento sobre a Zona Costeira; c) Realização do Encontro Nacional da 4ª CCR; d) Realização do Encontro Regional da Amazônia; e) Realização do Encontro dos Coordenadores de GTs e Titulares de OCITAS da 4CCR; f) Realização da Oficina Temática "Mineração em Foco: Diálogos sobre Impactos Ambientais"; g) Realização do Evento "MPF na Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural"; h) Seminário para Iniciativas de Fortalecimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR).	a) https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/coordenacao/eventos/eventos-2025-1/encontro-regional-prr2-pr-rj-e-pr-es-1/encontro-regional-prr2-pr-rj-e-pr-es; b) https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/coordenacao/eventos/eventos-2025-1/zona-costeira-desafios-praticas-e-solucoes/zona-costeira-desafios-praticas-e-solucoes; c) https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/coordenacao/eventos/encontro-nacional-da-4ccr-2024/MesasTematicasCONCLUSOESCONSOLIDADO.pdf d) https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/coordenacao/eventos/encontro-regional-da-amazonia-2024/PRR00029396.2024MesaEncontroRegionalAmazoniaLegal.pdf. e) https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/coordenacao/eventos/eventos-2025-1/mpf-cop-30-encontro-dos-coordenadores-de-gts-e-titulares-de-ocitas-da-4ccr/mpf-cop-30-encontro-dos-coordenadores-de-gts-e-titulares-de-ocitas-da-4ccr f) https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/coordenacao/eventos/eventos-2025-1/oficina-tematica-201cmineracao-em-foco-dialogos-sobre-impactos-ambientais201d g) https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/coordenacao/eventos/mpf-na-defesa-do-patrimonio-historico-e-cultural; h) https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/coordenacao/eventos/eventos-2025-1/seminario-do-car

ITEM	GRAU DE EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO	EVIDÊNCIA
1 - Resultados para a Sociedade			
1.3.1.3 Fomentar na obtenção de dados e informações relevantes, buscando cooperação técnica com outros órgãos, como Tribunais de Contas (TCs) e Ministérios/Secretarias, etc.	Executado totalmente	Articulação entre MPF, CGU e TCU na atuação preventiva do uso de recursos públicos na terceirização da saúde.	https://unico.mpf.mp.br/unico/modulo/documento/painel/#/153628481/sigilo-expediente
1.4.02.2 Criar mecanismos eficientes para monitorar a aplicação dos recursos destinados à educação, garantindo que sejam utilizados de forma adequada e eficaz.	Executado totalmente	Solicitação às unidades vinculadas à 5ª CCR de preenchimento de formulário com informações sobre investigações relacionadas a supostos dados falsos no Educacenso relacionados à Educação de Jovens e Adultos para fins de recebimento de recursos públicos e compilação dos dados.	https://docs.google.com/forms/d/1X6MbCdUGh5AjBFvqf7AisyhL2c5O5HM3VPyv4YbJu3E/edit?pli=1
1.6.1.2 Promover uma cultura organizacional que valorize e promova a autocomposição como um método eficaz e preferencial de resolução de conflitos, inclusive para fins de mensuração de resultados.	Executado totalmente	1) Atualização do painel de acordos de leniência da Câmara; 2) Aprovação dos Enunciados 52, 53 e 55; 3) Aprovação da Orientação 17/2025 e da Orientação Conjunta 1/2025; 4) Criação da Comissão de Assessoramento Estratégico com a finalidade de prestar assessoramento no planejamento e na execução das ações coordenadas, na atuação preventiva e em cooperação com os demais órgãos de controle, em busca de uma maior eficiência no desempenho das atribuições da 5ª CCR.	1) https://apps.mpf.mp.br/apps/?p=131:8 2) https://novoportal.mpf.mp.br/novaintra/areas-tematicas/cameras/combate-a-corrupcao/enunciados-orientacoes-e-notas-tecnicas-1/enunciados-orientacoes-e-notas-tecnicas/enunciados 3) https://novoportal.mpf.mp.br/novaintra/areas-tematicas/cameras/combate-a-corrupcao/enunciados-orientacoes-e-notas-tecnicas-1/enunciados-orientacoes-e-notas-tecnicas/orientacoes-1 4) https://novoportal.mpf.mp.br/mpf/atuacao-tematica/ccr5/publicacoes/normas/portarias-5a-ccr/arquivos-2025/portaria-5ccr-mpf-06-de-04-de-fevereiro-de-2025.pdf
1.6.1.3 Promover a capacitação dos integrantes do MP em relação às soluções autocompositivas, demonstrando a importância da formação para implementar essas práticas.	Executado totalmente	1) Oficina de colaboração premiada 2) 22º Encontro Nacional da 5ª CCR	1) https://unico.mpf.mp.br/unico/modulo/documento/painel/#/148569259 2) https://novoportal.mpf.mp.br/novaintra/areas-tematicas/cameras/combate-a-corrupcao/institucional/coordenacao-1/encontros-1/2025/22o-encontro-nacional-da-5a-ccr-mpf/22o-encontro-nacional-da-5a-ccr-mpf

ITEM	GRAU DE EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO	EVIDÊNCIA
1 - Resultados para a Sociedade			
1.4.04.2 Atuar para garantir os direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.	Executado totalmente	Número de eventos realizados visando buscar estratégias de atuação para a garantia dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.	O balanço consolidado relativo ao número de eventos realizados com foco na formulação de estratégias para a garantia dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Resultados: Os eventos serviram como espaços de escuta ativa e construção coletiva, resultando em diretrizes que guiarão as próximas etapas de atuação institucional. A relação completa dos eventos, incluindo temas debatidos e participantes, está disponível para consulta pública na página eletrônica da 6ªCCR. Acesse aqui: https://novoportalmpt.mp.br/mpf/atualizacao-tematica/ccr6/eventos/eventos-1

ITEM	GRAU DE EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO	EVIDÊNCIA
1 - Resultados para a Sociedade			
1.3.1.3 Fomentar na obtenção de dados e informações relevantes, buscando cooperação técnica com outros órgãos, como Tribunais de Contas (TCs) e Ministérios/Secretarias, etc.	Executado totalmente	Celebração do Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Paraná para cessão, a título gratuito, pelo MPPR do código-fonte do protótipo do Sistema de Inspeções para o Exercício do Controle Externo da Atividade Policial pelo Ministério Público Federal, em cumprimento à Resolução n. 279/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público.	https://unico.mpf.mp.br/unico/modulo/documento/painei/154186199
3.1.2.3 Capacitar membros e servidores do Ministério Público em questões de gestão de custos, fornecendo treinamentos e cursos.	Executado totalmente	i) Realização do Workshop, em São Paulo (SP), sob o tema "Controle Externo da atividade policial: para além dos formulários" que teve por objetivo, dentre outros capacitar membros, por meio do diálogo e do debate aprofundado, acerca da Recuperação de Ativos e Financiamento dos Órgãos de Persecução e sobre o Fundo Nacional de Aperfeiçoamento da Polícia Federal (FUNAPOL); ii) Implementação da Estratégia Nacional de Atuação com o propósito de fiscalizar a irregularidade em obras realizadas com recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) sem a prévia autorização da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN).	i) https://novoportal.mpf.mp.br/novaintra/areas-tematicas/camaras/controle-externo-da-atividade-policial-e-sistema/coordenacao/eventos-e-reunioes-3/programacao-do-workshop-2025.pdf ii) https://novoportal.mpf.mp.br/novaintra/areas-tematicas/camaras/controle-externo-da-atividade-policial-e-sistema/coordenacao/acoes-coordenadas

ITEM	GRAU DE EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO	EVIDÊNCIA
1 - Resultados para a Sociedade			
1.5.1.2 Promover a articulação com a sociedade civil e universidades para a instalação de observatórios que acompanhem a transparência, os gastos públicos e as obras públicas.	Executado totalmente	Efetiva regulamentação das apostas eletrônicas (Bets), em prejuízo à saúde das pessoas, notadamente das mais vulnerabilizadas social e economicamente durante o ano de 2025, suprimindo omissões em fase de detecção	https://www.mpf.mp.br/pfdc/noticias/pfdc-vai-apurar-im-pacto-das-apostas-on-line-na-populacao-em-vulnerabilidade-social-e-economica https://unico.mpf.mp.br/unico/modulo/documento/painel/#/146798425 https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2024/pgr-questiona-constitucionalidade-de-leis-que-autorizam-as-bets
1.6.1.1 Promover uma atuação resolutiva e planejada baseada em dados e evidências, com o uso da tecnologia.	Executado Parcialmente	Quantidade de acordos firmados pelas PRDCs para efetivar políticas de ação afirmativa de cotas raciais em concursos para docentes em universidades federais	JF-SE-0808227-72.2023.4.05.8500-ACP PA - PPB - 1.27.000.000894/2025-03 PA - 1.22.003.000666/2018-52